

Sessões

Medidas de Política Ativa de Emprego

RELATÓRIO





ENQUADRAMENTO

Desde a assinatura deste Protocolo de Cooperação em 2001, que o processo de aquisição e produção de conhecimentos tem vindo a amadurecer e a acumular uma quantidade e uma qualidade de informações actualizadas que necessitam de momentos de operacionalização e de partilha junto dos profissionais de intervenção social.

Por sua vez, os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas (Criação do próprio emprego, Formação ao longo da vida, Contrato Emprego Inserção, Impulso Jovem, entre outras) no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objectivo da inserção laboral.

Estas ações visam assim uma abordagem simultaneamente operacional e de reflexão dirigida às diretivas, recomendações e medidas acima referidas. A selecção das medidas a serem trabalhadas nas ações foi feita conjuntamente com as delegações regionais do IEFP e núcleos distritais da EAPN, que pelo seu posicionamento territorializado melhor conhecem as necessidades locais de intervenção.

O objetivo principal destas ações é a produção de informação qualificada e actualizada e a reflexão por profissionais que trabalham nas áreas da empregabilidade de públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre diretivas, recomendações e medidas nacionais de emprego.

Através do objetivo direto de informação actualizada nas áreas referidas visamos o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

OBJETIVOS

- Partilha de informação qualificada e actualizada e reflexão por profissionais de intervenção social, particularmente aqueles que trabalham nas áreas da empregabilidade de públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre medidas de política ativa de emprego específicas.
- Aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

PÚBLICO - ALVO

Profissionais de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, empresários; organizações empresariais e sindicais; entidades de ensino; beneficiários diretos das medidas.

METODOLOGIA

Todas as sessões se organizaram através de uma apresentação inicial realizada pelo IEFP de apresentação das medidas de política ativa de emprego visadas na iniciativa em causa, seguindo-se posteriormente diferentes formatos:

- em Viana do Castelo seguiu-se uma Mesa Redonda com Perspetivas Múltiplas sobre as medidas dedicadas ao emprego jovem, com a presença da perspetiva sindical, empresarial e dos beneficiários;
- em Beja, Portalegre e Aveiro a opção recaiu no formato de workshop com a apresentação de boas práticas de empregabilidade de pessoas com deficiência e incapacidade;
- na Guarda seguiu-se um formato de Debate aberto sobre as medidas de política ativa de emprego e sua aplicabilidade prática com a participação moderada de todos os presentes;

Em termos de metodologia destaque-se igualmente a diferença na estruturação da sessão que teve lugar no Porto dedicada ao tema do Trabalho Digno e integrada na Jornada pela Cidadania. Nesta sessão o ponto de partida foi uma intervenção enquadrante pela OIT sobre a noção do Trabalho Digno, à qual se seguiu uma Mesa Redonda sobre o Trabalho Digno como base das Medidas Ativas de Emprego, da qual fizeram parte as perspetivas sindical, empresarial e de investigação.

PROGRAMA DAS SESSÕES

Mesa Redonda *"Medidas de Política Ativa de Emprego – O público jovem"*

Viana do Castelo _ 3 Junho

14h – Receção aos participantes

14:15 – Sessão de abertura

Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/IEFP)

14h30 – Apresentação das medidas Impulso Jovem e Estágios Profissionais

Susana Parente, IEFP

15h – Mesa Redonda | Perspetivas múltiplas das medidas ativas de emprego para jovens

Moderador: Júlio Paiva *(Protocolo EAPN Portugal/IEFP)*

A perspetiva dos promotores

Susana Parente, IEFP

A perspetiva sindical

Branco Viana – União de Sindicatos de Viana do Castelo

A perspetiva empresarial

João Valença – Associação Empresarial de Viana dos Castelo

16h30 – Debate

17h30 – Encerramento

Debate *“Medidas de Política Ativa de Emprego – O público jovem”*

Guarda _ 11 Setembro

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Apresentação da sessão

Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)

14.30 - Apresentação das Medidas de Política Ativa de Emprego

Hugo Fernandes - IEFP, IP. Guarda

15.00 – Debate: As medidas de política ativa de emprego e sua aplicabilidade prática

Moderadores: *Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)*

17.00 – Encerramento

Workshop *“Medidas de Política Ativa de Emprego – O Programa de Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Emprego Apoiado”*

Beja _ 15 Julho

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação da Medidas de Política Ativa de Emprego

Emprego Apoiado

Representantes do IEFP

15.00 – Partilha de Boas Práticas

- A perspectiva de uma entidade empregadora e dos seus beneficiários

Casa do Povo do Penedo Gordo

16.30 - Debate

17.30 – Encerramento

Debate *"Medidas de Política Ativa de Emprego"*

Guarda _ 11 Setembro

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Apresentação da sessão

Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)

14.30 - Apresentação das Medidas de Política Ativa de Emprego

Hugo Fernandes - IEFP, IP. Guarda

15.00 – Debate: As medidas de política ativa de emprego e sua aplicabilidade prática

Moderadores: *Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)*

17.00 – Encerramento

Mesa Redonda *"Trabalho Digno e Cidadania"*

Porto _ 17 Outubro

14.00 – Receção aos participantes

14.30 – Apresentação da sessão

Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)

14.40 – A agenda do Trabalho Digno no âmbito da promoção da cidadania

Ana Santos - OIT, Lisboa

15.00 – Mesa Redonda: Trabalho Digno como base das Medidas Ativas de Emprego

Moderador: *Carlota Quintão (A3S)*

A perspetiva sindical _

CTGP (João Torres)

UGT (Clara Quental)

A perspetiva empresarial _

CIP (Confederação Empresarial de Portugal) [Nuno Biscaya]

CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) [Nuno Camilo]

A perspetiva de investigação –

José Varejão (Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego – FEP)

16.30 – Debate

17.00 – Encerramento

Workshop “Medidas de Política Ativa de Emprego – O Programa de Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Emprego Apoiado”

Portalegre _ 3 Dezembro

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação de Medidas de Política Ativa de Emprego

Emprego Apoiado

Mónica Caldeira - IEFP Portalegre

15.00 – Partilha de Boas Práticas

- A perspetiva de uma entidade mediadora e empregadora e dos seus beneficiários

CERCI Portalegre

15.30 - Debate

16.30 – Encerramento

Workshop “Medidas de Política Ativa de Emprego – O Programa de Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Emprego Apoiado”

Águeda _ 9 Janeiro

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação de Medidas de Política Ativa de Emprego - Emprego Apoiado

Representante a indicar - IEFP Águeda

15.00 – Partilha de Boas Práticas

Pedro Breyner, Ida – *Susana Baltazar e Paulo Silva*

IFA, SA – *Isabel Fonseca**

Xavier & Irmão – *Hélder Xavier**

Cerciag – *Ana Lopes e Alberto Almeida*

15.40 - Debate

16.30 – Encerramento

CALENDARIZAÇÃO, LOCAIS E PARTICIPANTES DAS SESSÕES

Data	Local	Nº de inscrições	Nº total de participantes
3 Junho	Viana do Castelo Edifício Villa Rosa	20	21
15 Julho	Beja Auditório do IPDJ	12	15
11 Setembro	Guarda Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço	31	35
17 Outubro	Porto, Auditório ISCET (Integrado nas Jornadas pela Cidadania)	17	27
3 Dezembro	Portalegre NERPOR – Associação Empresarial	14	15
23 Janeiro	Águeda CERCIAG		
Total de participantes			113

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

No conjunto das 5 iniciativas realizadas ao longo do ano de 2013 registou-se um total de 113 participantes, embora apenas tenham procedido ao preenchimento das fichas de inscrição 95 participantes, sendo relativamente a estes que se revela possível a breve caracterização abaixo apresentada, designadamente na Tabela 1.

Destaque-se ao nível das inscrições os esforços realizados no sentido da participação directa de beneficiários das medidas nas sessões, assim como de empresários, agentes passíveis de dinamização das medidas. A este perfil juntam-se as próprias organizações sociais, estas também significativamente presentes dado a sua dupla vertente de organizações mediadoras e também de entidades empregadoras dos públicos vulneráveis aos quais se direccionam as medidas ativas de emprego.

Face a esta opção na divulgação, as sessões foram principalmente frequentadas por técnicos de organizações sociais, formadores e dirigentes de entidades formativas, com um intuito de mediação da informação e dos conhecimentos transmitidos. Contamos igualmente, do ponto de vista dos públicos das medidas, com a presença de jovens estudantes; jovens à procura do 1º emprego; pessoas portadoras de deficiência e incapacidade e desempregados de longa

duração. Relativamente à presença de empresários, esta revelou-se reduzida, mas verificou-se possível com a presença/envolvimento dos Núcleos Empresariais.

Quanto às entidades presentes entre os participantes, não enumerando todas as que se fizeram representar, destacamos a presença de representantes locais de entidades como a APPACDM; Cerci; Câmaras Municipais de Ponte de Lima, de Monção, de Monforte, de Portalegre, de Marvão, da Guarda e de Seia; CLDS's; IPDJ; Núcleos Empresariais e delegações do IEFP e ainda entidades formadoras como a Escola Profissional do Minho, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Inst Politécnico de Viana do Castelo, ISCET e Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

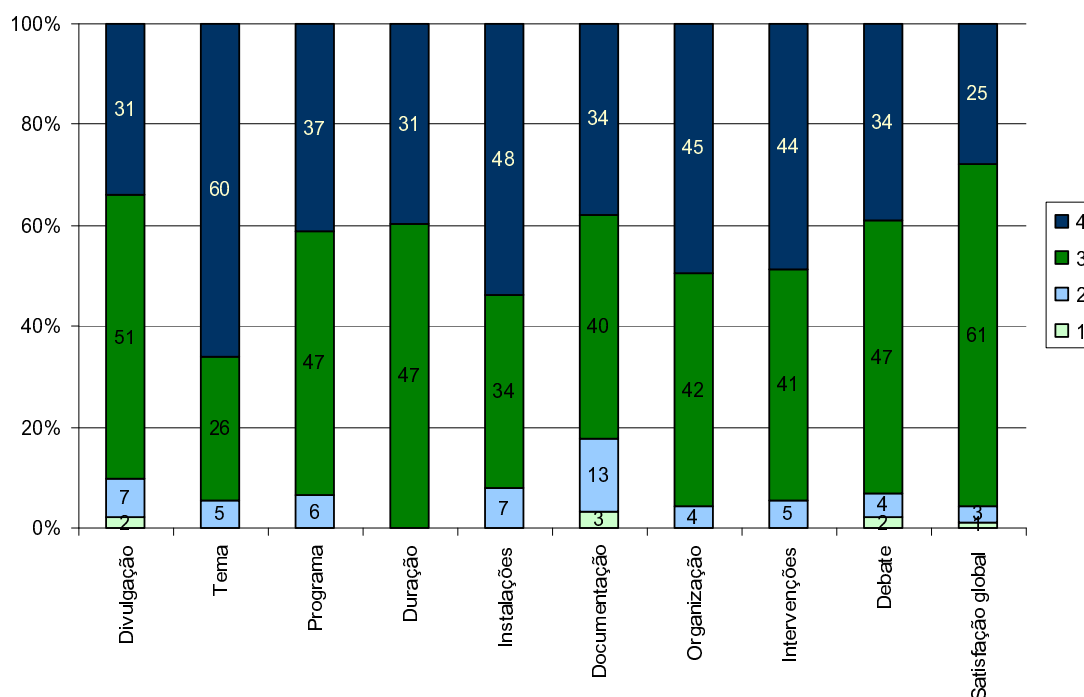
Tabela nº 1

Idade		Escolaridade		Situação face ao emprego	
20-30	11	Não sabe ler e escrever	0	Estudante	17
30-40	30	Sabe ler e escrever, mas não possui nenhum nível de escolaridade	1	Procura 1º Emprego	9
40-50	16	1º Ciclo Ensino Básico	0	Desempregado <12 meses	2
50-60	5	2º Ciclo Ensino Básico	1	Desempregado > 12 meses	15
NR	11	3º Ciclo Ensino Básico	4	Empregado por conta de outrem	42
Sexo		Ensino Secundário	10	Empregado por conta própria	5
Feminino	67	Ensino Técnico-Profissional	20	NR	5
Masculino	28	Ensino Universitário	53		
		NR	6		

AVALIAÇÃO DAS SESSÕES

A avaliação das sessões foi realizada através de inquérito presente nas pastas de documentação, tendo sido entregues 91 avaliações do total de 113 participantes.

**Gráfico1 _ Avaliação de vários indicadores
Sessões Medidas de Política Ativa de Emprego**



Tendo em conta o Gráfico 1 acima presente, importa salientar que foi solicitada para cada uma das variáveis uma avaliação com referência numa escala ascendente de 1 (-) a 4 (+), correspondendo estes valores a uma escala de Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom. Neste sentido, os dados permitem-nos concluir por uma avaliação significativamente positiva de praticamente todos os indicadores assumidos, a qual se denota, designadamente, na satisfação global face à sessão na qual 61 dos 91 inquiridos (67%) assumem um grau de satisfação Bom e mais 25 dos mesmos (27%) que o apontam mesmo como Muito Bom. Podemos assim afirmar que 94% dos inquiridos avalia a sua satisfação global com as sessões entre boa e muito boa.

Os indicadores que nos demonstram necessidades de melhoria passam principalmente pela documentação entregue. A este nível, no próprio debate das sessões, percebeu-se a necessidade do acesso a informações mais simplificadas e sistematizadas do que aquelas que se encontram disponíveis online relativamente às medidas.

Destaque-se igualmente uma avaliação extremamente positiva do tema das sessões.

Para além das questões já analisadas o questionário contemplou ainda duas abertas, a primeira sobre aspectos positivos e/ou negativos e outra de sugestões de temas para iniciativas futuras. Abaixo, nas tabelas 2 e 3 registamos as opiniões pronunciadas.

Tabela nº 2

Positivos	Qt
Iniciativa útil e esclarecedora	9
Qualidade das intervenções	5
Partilha de boas práticas	4
Debate participativo	3
Pluralidade de perspectivas	3
Abordagem dos estágios profissionais e de oportunidades para os jovens	2
Material de apoio	2
Motivação	1
<i>Total de respostas</i>	25
<i>Não respostas</i>	66
Negativos	
Divulgação deficitária	3
Pouco aprofundamento dos temas	2
Falta de referência ao critério de exigência de experiência aos recém licenciados	1
Faltou abordagem do método e condições para o trabalho digno	1
Intervenções demasiado longas de alguns oradores	1
Intervenções pouco ativas	1
Incumprimento de horários	1
Poucos exemplos de boas práticas	1
Ruído de fundo no espaço	1
Mais divulgação junto de empresas privadas	1
Documentação de apoio insuficiente	1
Apresentação com informação pouco sistematizada	1
Envolvimento de mais parceiros	1
Promoção da integração das PCDI	1
<i>Total de respostas</i>	17
<i>Não respostas</i>	74

Quanto às **sugestões de temas** foram identificados os seguintes:

Tabela nº 3	Qt
Empreendedorismo e apoios à criação do próprio emprego	4
Candidaturas PRODER	2
Debate sobre medidas de emprego de apoio apoiado	1
Idadismo: do preconceito no mercado de trabalho à discriminação	1
Qualidade do trabalho na EU e noutros contextos	1
Cooperação intergeracional	1
Clima organizacional	1
Qualidade de vida no trabalho	1
Novas formas de pobreza	1
Crianças e jovens em risco	1
Parcerias empresariais	1
Formação de empregabilidade em contexto internacional	1
Partilha de boas práticas de empregabilidade de PCDI em entidades privadas	1
Trabalho com crianças portadoras de deficiência	1
Intervenções com comunidade cigana	1
<i>Total de respostas</i>	15
<i>Não respostas</i>	76

CONCLUSÕES

Estas ações visavam sobretudo a mobilização dos profissionais da intervenção social para a discussão/reflexão em torno das políticas ativas de emprego. A evolução do mercado de trabalho, da legislação laboral, das mutações organizacionais e as medidas lançadas em torno da empregabilidade de públicos com maior dificuldade de inserção, justificam a realização de eventos destinados a estes profissionais, como forma de reforçar a suas competências e aprofundamento de conhecimentos, bem como possibilitar a interação com os parceiros sociais e outros atores fundamentais no mundo laboral.

No âmbito do eixo da informação/sensibilização que a EAPN tem vindo a operacionalizar no sentido de capacitar os profissionais e os dirigentes das organizações que direta ou indiretamente trabalham as questões do emprego e da empregabilidade, tem havido uma preocupação constante com a atualização e o acompanhamento ao nível das políticas ativas de emprego e o seu enquadramento legal, económico e social, que permitam uma melhor gestão das mudanças estruturais em curso.

As medidas, recomendações, diretivas têm sido alvo de uma abordagem sistemática de forma a proporcionar aos atores diretamente envolvidos nestas questões, um “espaço” de debate e interação com entidades responsáveis – particularmente o IEFP – em encontros similares aos que realizamos este ano e cujo objetivo é, conforme delineamos em Plano de Ação: “ *a produção de informação qualificada e atualizada e a reflexão por profissionais de intervenção social, particularmente aqueles que trabalham nas áreas da empregabilidade de públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre diretivas, recomendações e medidas nacionais de emprego*”.

Nesta atividade é sempre tida em consideração a questão da seleção das medidas, dos locais e do tipo de interlocutores que pretendemos, utilizando a estrutura territorializada da EAPN Portugal, através dos seus núcleos distritais e regionais e a sua articulação com as delegações e centros de emprego do IEFP.

Durante o ano 2013 foram planeadas seis ações informativas (Viana do Castelo, Guarda, Beja, Porto, Portalegre e Aveiro) centradas em medidas e temáticas diretamente relacionadas com a empregabilidade de públicos vulneráveis (Emprego Apoiado/ Impulso Jovem) e uma sessão específica sobre o Trabalho Digno – utilizando o conceito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – no âmbito das Jornadas da Cidadania realizadas em 17 de Outubro - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Uma das sessões (Guarda) foi igualmente direcionada para as Medidas de Política Ativa de Emprego no sentido mais abrangente, ou seja não se centrou na discussão de uma medida específica, mas no conjunto das medidas em vigor.

Das conclusões mais genéricas destacam-se, desde logo, alguns pontos importantes e comuns a todas as sessões, independentemente das temáticas tratadas e dos locais envolvidos:

- O envolvimento de todos os atores institucionais e todos os *stakeholders* que se relacionam com o tema. Esta preocupação prende-se naturalmente na perspetiva do debate e reflexão entre todos os envolvidos e não apenas nos públicos ou nas

instituições diretamente relacionadas. Garantiu-se a presença de parceiros sociais (sindicais e patronais), das associações e instituições que trabalham diretamente com a questão da deficiência, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as ONG's.

- Esta participação abrangente, não correspondeu contudo a uma quantidade que possa ser considerada satisfatória, com efeitos o número de participantes não foi muito elevado, apesar de todo o esforço de divulgação dos eventos e dos contactos diretamente estabelecidos com algumas empresas (particularmente na questão do Emprego Apoiado). No que respeita aos possíveis empregadores, apenas se conseguiu a participação de alguns empresários individuais e a representação das confederações patronais (CIP e CCP), mesmo a nível das autarquias locais (um dos principais empregadores em algumas das medidas visadas) a participação não correspondeu às nossas expetativas.
- Numa perspetiva de envolvimento dos atores diretamente visados pelas medidas, privilegiámos os testemunhos das pessoas envolvidas. Estes testemunhos tornam-se cruciais como forma de reforçar o alcance das medidas e permitiram avaliar o seu impacto ao nível dos públicos.
- No desenvolvimento, planificação e na participação, revelou-se fundamental a participação das diversas estruturas do IEFP, quer ao nível local, quer ao nível regional e nacional. Do ponto de vista técnico a informação prestada como mote de discussão para o debate, constituindo o “ponto de partida” para as sessões. Saliente-se ainda o trabalho desenvolvido que envolvia a estrutura do IEFP, do Núcleo distrital da EAPN e as instituições que trabalham diretamente com os públicos.
- Mobilização das instituições do Terceiro Setor, não apenas as que mais diretamente se relacionam com as diversas medidas, mas de uma forma geral o “setor social” em si. De facto como potenciais empregadores, a sua presença é particularmente assinalável no atual contexto do mercado de trabalho.
- Promoção de uma atitude pró-ativa da parte dos trabalhadores que potencialmente sejam visados pelas medidas, no entanto esta atitude deverá ser sempre enquadrada no âmbito de uma integração no mercado de trabalho mais abrangente, envolvendo a sua capacitação através do acesso a serviços sociais de qualidade (quando em situação de maior vulnerabilidade) e ao direito a um rendimento mínimo, com “ponto de partida” para a integração socio-laboral de públicos mais desfavorecidos. A EAPN Portugal tem vindo a defender os princípios da Inclusão Ativa que visam um mercado de trabalho mais inclusivo e não se baseiem apenas na mera “ativação” dos públicos com maiores dificuldades no mercado de trabalho.

Das conclusões mais específicas destacam-se as seguintes que aglomeramos em temáticas.

Relativamente à empregabilidade jovem:

- O desemprego juvenil – que atinge proporções muito altas em Portugal – deverá ser combatido com medidas específicas que implicam políticas macro – económicas, como sejam o incentivo ao investimento nacional e estrangeiro, que permitam o fomento ao crescimento económico. Muitos dos setores “em crise”, deveriam ser incentivados (através destas mesmas políticas macro económicas) a encontrar modelos de produtividade mais alternativos. Falou-se concretamente do setor da construção civil e obras públicas, através de programas de reabilitação urbana e do património cultural e natural. Mas igualmente políticas, que incentivem o desenvolvimento local e regional, potenciando recursos e competências, o desenvolvimento rural, a aposta numa agricultura “verde”, a reabilitação do comércio tradicional, as novas tecnologias e o empreendedorismo.
- Apostar na dignificação do trabalho, incrementando o ensino profissional e combater a precariedade de algumas formas de trabalho (falsos recibos verdes, aumento do salário mínimo nacional). Maior ligação entre o sistema de ensino e o “mundo do trabalho”.
- A análise deste conjunto de domínios das medidas revelou-se mais sistematizada, visto o conjunto das intervenções e debate apostarem muito numa lógica de enquadramento da intervenção no emprego juvenil em articulação com outras áreas de intervenção.
- Do ponto de vista das principais dificuldades, a referência mais significativa apontou para a burocracia subjacente das medidas que decorre num prolongamento temporal complexo para a sua operacionalização. Este excesso de burocratização não se reflete, no entanto, numa devida monitorização das medidas, a qual é muito importante apostar no sentido do compromisso e rigor na sua aplicação e na prevenção de um uso deturpado e abusivo das medidas pelos empregadores.
- Ao nível das vantagens e impactos, são desde logo medidas que minimizam o impacto social da exclusão decorrente do desemprego. Através destas medidas geram-se oportunidades para a demonstração de competências de jovens que iniciam o seu percurso de experiência profissional e assim podem criar a necessidade dos seus postos de trabalho nas entidades. No caso do usufruto

destas medidas por públicos com deficiência ou incapacidade, esta demonstração de competências e capacidades revela-se ainda mais importante

Relativamente ao Emprego Apoiado:

- A importância dos financiamentos das medidas tendo como cenário a própria sustentabilidade das organizações que trabalham na área.
- A medida Emprego Apoiado promove a inclusão de um público particularmente vulnerável face ao mercado de trabalho, a sua incrementação promove a igualdade de oportunidades, combate a injustiça social, contribui substancialmente para a responsabilidade social dos empregadores e para a cidadania empresarial.
- Importância da mobilização de todos os atores (inclusive o setor privado), através da sensibilização, utilizando as próprias confederações do setor. Utilizar meios mais eficazes para fazer chegar a mensagem ao tecido empresarial – particularmente pequenas e médias empresas.
- Promover meios de abertura da Medida nos setores privados e público, uma vez que percentualmente a sua aplicação se concentra no setor das IPSS's.
- O setor público deveria “dar o exemplo” na integração socioprofissional deste tipo de públicos, servindo – se do sistema “por quotas”, ou seja reservando um número específico de vagas na contratação de funcionários que estivessem nas condições da Medida Emprego Apoiado.
- Maior eficácia na pós-formação, acompanhamento da aplicação da medida junto das entidades empregadoras.
- Igualmente neste ponto a EAPN vem defendendo a aplicação da Estratégia de Inclusão Ativa como forma de promover o emprego das pessoas portadoras de deficiência.

Relativamente ao Trabalho Digno:

- A única forma de “reparar” o efeito do desemprego (grande parte dele associado à crise económica e social) é o reforço das políticas centradas na promoção e manutenção de empregos. Perante a existência de cerca de 200 milhões de desempregados (segundo o relatório de junho de 2013 da OIT) e perante a perspetiva do seu crescimento para cerca de 208 milhões em 2015, as políticas sociais e de emprego “desenhadas” pelos

governos e grandes organismos internacionais políticos e financeiros desempenham um papel fundamental no estancar destes números.

- A reforma do sistema financeiro, garantindo que a poupança obtida é canalizada para o investimento produtivo, de forma a criar e a manter empregos é fundamental para a sustentabilidade futura do estado social. Por outro lado, é necessário manter o diálogo social e utilizar melhor os Fundos estruturais ao nível da U.E.

Relativamente às políticas ativas de emprego:

- Constituem um instrumento de trabalho importantíssimo para a integração sócio laboral dos públicos mais vulneráveis e daqueles que de uma forma ou de outra “saíram” do mercado de trabalho, neste sentido elas permitem a manutenção e/ou a retoma a esse mesmo mercado.
- As políticas ativas de emprego servem igualmente para a requalificação das competências e habilitações profissionais, particularmente importantes em públicos menos qualificados.
- Se a importância do empreendedorismo – como política ativa – é fundamental para a criação de postos de trabalho (particularmente o seu próprio posto de trabalho, em casos em que o know-how e o sentido empreendedor é potenciador dessa possibilidade) deverá contudo ser alvo de uma visão cuidada e esclarecida de forma a evitar maiores “danos”, nem todas as pessoas possuem o perfil ideal e adequado.
- As políticas ativas de emprego, procuram sobretudo “*minimizar danos que de alguma forma se tornam inevitáveis*”, provocados pelo sistema económico e financeiro e respondem a necessidades específicas de grupos de pessoas mais vulneráveis face ao mercado de trabalho, proporcionando uma nova oportunidade, ou em muitos casos “a oportunidade”, de encontrar um lugar no próprio mercado laboral.

Registe-se contudo que independentemente do trabalho realizado em cada uma das medidas específicas, ele concorre sobretudo para uma articulação entre todos os objetivos do Protocolo, nomeadamente os que procuram a qualificação dos profissionais da intervenção social, os públicos que diretamente procuramos envolver e os dirigentes responsáveis pelas organizações do Terceiro Setor e da Economia Social, elas próprias empregadoras e “gestoras” de cada uma destas medidas.

ANEXOS

Anexo 1_ Cartazes de divulgação

Anexo 2_ Inquérito de avaliação



MEDIDAS DE POLÍTICA ATIVA DE EMPREGO O PÚBLICO JOVEM

3 DE JUNHO DE 2013

VIANA DO CASTELO

Edifício Villa Rosa _ Avenida Rocha Páris, 103

ENQUADRAMENTO

Os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objetivo da inserção laboral.

Esta ação visa assim uma abordagem simultaneamente operacional e de reflexão em torno das medidas de política ativa de emprego direcionadas para o público jovem, mais precisamente a medida Impulso Jovem e os Estágios Profissionais.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Apresentação da sessão

Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)

14.30 - Apresentação das Medidas de Política Ativa de Emprego

Impulso Jovem e Estágios Profissionais

Susana Parente – IEFP - Viana do Castelo

15.00 – Mesa Redonda: Perspetivas múltiplas das medidas ativas de emprego para jovens

Moderador: *Júlio Paiva(Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)*

- A perspetiva dos beneficiários
Beneficiário em indicação pelo IEFP, Viana do Castelo

- A perspetiva sindical
Branco Viana – União de Sindicatos de Viana do Castelo

- A perspetiva empresarial
João Valença – Associação Empresarial de Viana do Castelo

16.30 - Debate

17.30 – Encerramento



MEDIDAS DE POLÍTICA ATIVA DE EMPREGO

EMPREGO APOIADO

15 DE JULHO DE 2013
AUDITÓRIO DO IPDJ – BEJA

ENQUADRAMENTO

Os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objetivo da inserção laboral.

Esta ação visa assim uma abordagem simultaneamente operacional e de reflexão em torno da medida Emprego Apoiado, integrada no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades.

OBJETIVOS

- Partilha de informação qualificada e atualizada e reflexão por profissionais de intervenção social, particularmente aqueles que trabalham nas áreas da empregabilidade de públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre emprego apoiado, enquanto medida de política ativa de emprego.
- Aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação da Medidas de Política Ativa de Emprego

Emprego Apoiado

Representante do IEFP

15.00 – Partilha de Boas Práticas

- A perspectiva de uma entidade empregadora e dos seus beneficiários

Casa do Povo do Penedo Gordo

16.30 - Debate

17.30 – Encerramento

ORGANIZAÇÃO E APOIOS





MEDIDAS DE POLÍTICA ATIVA DE EMPREGO

11 DE SETEMBRO DE 2013

GUARDA

Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço
Sala Tempo e Poesia

ENQUADRAMENTO

Os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objetivo da inserção laboral.

O objetivo desta sessão é assim o de produção de informação qualificada e atualizada sobre as diretivas, recomendações e medidas nacionais de emprego, e a reflexão dos/as profissionais que trabalham na área social. Visa-se não só a partilha, o debate e esclarecimento de questões, mas também o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos/as participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Apresentação da sessão

Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)

14.30 – Apresentação das Medidas de Política Ativa de Emprego

Hugo Fernandes - IEFP, IP. Guarda

15.00 – Debate: As medidas de política ativa de emprego e sua aplicabilidade prática

Moderadores: *Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEFP)*

17.00 – Encerramento

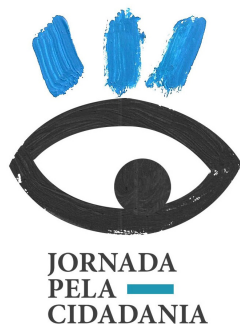
Participação gratuita mas **sujeita a inscrição** até **6 de setembro** de 2013 para os seguintes contactos:

Tel: 271 227 506 | Fax: 271 227 507 | e-mail: guarda@eapn.pt

ORGANIZAÇÃO



Instituto do Emprego
e Formação Profissional



TRABALHO DIGNO E CIDADANIA

17 DE OUTUBRO DE 2013

PORTO

Auditório do ISCET

R. de Cedofeita nº285

ENQUADRAMENTO

O conceito de Trabalho Digno, de acordo com a OIT, abarca uma dimensão plural das pretensões do ser humano na dimensão profissional: oportunidades e remuneração; direitos; voz e reconhecimento; estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal; justiça e igualdade de género. O caminho para o pleno exercício do Trabalho Digno passa, nomeadamente, por uma clara necessidade de lógicas de responsabilidade social, nas quais as empresas se reconhecem como parte integrante da sociedade e assumem que o bem comum da empresa deve ter em consideração o bem comum da sociedade, praticando assim um exercício de permanente diálogo com os seus trabalhadores, também este promotor de lógicas de cidadania ativa.

Esta integração da dimensão do Trabalho Digno nas empresas, deve igualmente ocorrer nas Medidas Ativas de Emprego dinamizadas pelo Estado Social, elas próprias instrumentos estrategicamente privilegiados enquanto impulsionadores desta dignidade laboral.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.30 – Apresentação da sessão

Júlio Paiva e Liliana Pinto (Protocolo EAPN Portugal/ IEPF)

14.40 – A agenda do Trabalho Digno no âmbito da promoção da cidadania

Ana Santos - OIT, Lisboa

15.00 – Mesa Redonda: Trabalho Digno como base das Medidas Ativas de Emprego

Moderador: *Carlota Quintão (A3S)*

A perspetiva sindical _

CTGP (João Torres)

UGT (Clara Quental)

A perspetiva empresarial _

CIP (Confederação Empresarial de Portugal) [Nuno Biscaya]

CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) [Nuno Camilo]

A perspetiva de investigação –

José Varejão (Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego – FEP)

16.30 – Debate

17.00 – Encerramento

Participação gratuita mas **sujeita a inscrição** até **16 de outubro** de 2013 para os seguintes contactos:

Tel: 225 420 808 | e-mail: liliana.pinto@eapn.pt

ORGANIZAÇÃO



Instituto do Emprego
e Formação Profissional



ISCET
DESDE 1990



MEDIDAS DE POLÍTICA ATIVA DE EMPREGO EMPREGO APOIADO

DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3 DE DEZEMBRO DE 2013

NERPOR - AE

Parque de Feiras e Exposições de Portalegre

ENQUADRAMENTO

Os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objetivo da inserção laboral.

Esta ação visa assim uma abordagem simultaneamente operacional e de reflexão em torno da medida Emprego Apoiado, integrada no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades.

OBJETIVOS

- Partilha de informação qualificada e atualizada e reflexão por profissionais de intervenção social, particularmente aqueles que trabalham nas áreas da empregabilidade de públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre emprego apoiado, enquanto medida de política ativa de emprego.
- Aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação de Medidas de Política Ativa de Emprego

Emprego Apoiado

Mónica Caldeira - IEFP Portalegre

15.00 – Partilha de Boas Práticas

- A perspetiva de uma entidade mediadora e empregadora e dos seus beneficiários

CERCI Portalegre

15.30 - Debate

16.30 – Encerramento

Participação gratuita mas **sujeita a inscrição** até **28 de novembro** de 2013 para os seguintes contactos:

Tel: 245 202 407 | e-mail: portalegre@eapn.pt

ORGANIZAÇÃO E APOIOS



PLATAFORMA SUPRA CONCELHIA
ALTO ALENTEJO



MEDIDAS DE POLÍTICA ATIVA DE EMPREGO EMPREGO APOIADO

9 DE JANEIRO DE 2014

CERCIAG

Raso de Paredes 3750-316 Águeda

ENQUADRAMENTO

Os últimos anos do panorama político nacional têm acarretado consigo transformações sociais estruturantes, que têm vindo a ser acompanhadas por mudanças significativas ao nível das políticas públicas de inserção através do emprego. No sentido da execução e da resposta a estas mudanças, organismos como o IEFP têm vindo a desenvolver diretivas, recomendações e medidas no âmbito do emprego e formação profissional que visam dar resposta ao difícil objetivo da inserção laboral.

Esta ação visa assim uma abordagem simultaneamente operacional e de reflexão em torno da medida Emprego Apoiado, integrada no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades.

OBJETIVOS

- Partilha de informação qualificada e atualizada e reflexão por profissionais de intervenção desfavorecidos no mercado de trabalho, sobre emprego apoiado, enquanto medida de política ativa de emprego.
- Aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais dos participantes, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis com os quais contactam diariamente.

PROGRAMA

14.00 – Receção aos participantes

14.15 – Sessão de abertura

14.30 - Apresentação de Medidas de Política Ativa de Emprego - Emprego Apoiado

Representante a indicar - IEFP Águeda

15.00 – **Partilha de Boas Práticas**

Pedro Breyner, Ida – Susana Baltazar e Paulo Silva

*IFA, SA – Isabel Fonseca**

*Xavier & Irmão – Hélder Xavier**

Cerciag – Ana Lopes e Alberto Almeida

15.40 - Debate

16.30 – Encerramento

Participação gratuita mas **sujeita a inscrição** até **7 de janeiro** de 2014 para os seguintes contactos:

Tel: 234 426 702 | 225 420 808 | e-mail: aveiro@eapn.pt

** a confirmar*

ORGANIZAÇÃO E APOIOS



SESSÕES MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

Avaliação e Sugestões

(p.f. entregar no final da sessão)

As respostas ao presente questionário são confidenciais, destinando-se exclusivamente à elaboração de um Relatório de Avaliação da presente iniciativa. A sua opinião é importante para que possamos identificar áreas de desenvolvimento e de melhoria de futuras ações.

1ª PARTE: AVALIAÇÃO DA INICIATIVA

Instruções: nesta primeira parte do questionário, solicita-se que classifique cada uma das variáveis (assinalando a quadrícula desejada com um X), tomando como referência uma escala ascendente de 1 (-) a 4 (+):

	1	2	3	4
1.1. Divulgação da iniciativa e dos seus objectivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2. Tema da iniciativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3. Adequação do programa da iniciativa aos participantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4. Adequação da duração da iniciativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5. Adequação das instalações e dos recursos audiovisuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6. Documentação entregue aos participantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7. Apoio prestado pela Organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8. Qualidade das intervenções dos convidados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9. Qualidade do debate	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10. Nível de satisfação de expectativas do participante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Refira os aspectos positivos e/ou negativos da iniciativa:

3. Sugestões de Temas para iniciativas futuras:

O Questionário terminou.

Agradecemos, mais uma vez, a sua colaboração.

Organização



Instituto do Emprego
e Formação Profissional